

## **Distribuidoras querem flexibilizar contratação em leilão de ajuste**

Abradee pede aumento da limitação de 1% para absorver mercado frustrado. Ida ao curto prazo é vista com preocupação

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

4/4/2005

Mesmo preocupadas com a demanda deserta verificada nos leilões de energia existente, as distribuidoras já pensam em alternativas para aumentar o montante contratado nos próximos anos. Uma das sugestões prevê o aumento do volume máximo a ser contratado no leilão de ajuste, voltado para completar o mercado de consumo das empresas para o ano seguinte. O negócio, que deve ser realizado no final deste ano, só pode absorver um 1% da carga das distribuidoras em 2004. A idéia é elevar esse percentual, possibilitando a contratação dos 710 MW médios não contratados em dezembro passado, para os anos de 2005 e 2006.

"Como as distribuidoras já terão direito a contratar no leilão de ajuste, nossa idéia é que, excepcionalmente, o Ministério de Minas e Energia autorize para o ano que vem uma aquisição superior a 1%. Isso poderia absorver a frustração de mercado do primeiro leilão, além do ajuste natural de mercado", explica Fernando Maia, diretor técnico-regulatório da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Segundo ele, a proposta ainda está em fase de gestação, mas já foi apresentada informalmente ao comando do Ministério de Minas e Energia, que ainda não se pronunciou a respeito.

O executivo acredita que a geração existente será suficiente para lastrear essa contratação, na medida em que parte da oferta inicialmente apresentada pelas geradoras não foi contratada nos leilões. Já o mercado consumidor descontratado em 2008 e 2009, observa, deverá ser preenchido apenas pelo leilão de energia nova - tanto de novos empreendimentos quanto de usinas "botox". Isto porque o prazo para início dos contratos do segundo leilão, ocorrido neste sábado, 2 de abril, será compatível com o tempo de construção das hidrelétricas a serem licitadas no primeiro leilão de expansão, previsto para o segundo semestre.

A Abradee mostra-se apreensiva com o fato de que, finda a chamada fase de transição do novo modelo, cujo objetivo era alocar a produção liberada dos contratos iniciais, as distribuidoras não tenham atingido a meta de 100% de contratação, como prevê a legislação do setor. A preocupação não está propriamente num possível descumprimento de regras, já que a aquisição inferior ao total demandado decorreu exclusivamente de razões técnicas dos leilões (através do mecanismo de redução de demanda). O ponto-chave, para a entidade, é o caminho natural para a contratação complementar: o mercado de curto prazo.

"Contratar no curto prazo pode ser bom para o consumidor, se o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) estiver baixo, ou ruim, se estiver alto. Para as distribuidoras é neutro, já o custo de contratação é sempre repassado", sintetiza

Maia. O cenário onde o chamado preço spot supera o custo médio dos leilões, segundo ele, já ocorre na prática na região Sul, onde o MWh está atualmente na casa dos R\$ 137, em função da forte estiagem e dos baixo armazenamento das hidrelétricas. "Se isso ficar sustentado por um prazo maior, esse impacto poderá ser visto nos reajuste tarifários das distribuidoras do Sul", sinaliza o diretor.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales, criticou o resultado final do segundo leilão. Segundo ele, os consumidores saem do processo prejudicados, em razão de estarem dependentes de contratos de curto prazo do mercado spot, cuja volatilidade de preços pode resultar em alta tarifária. De acordo com o executivo, apenas 23% da demanda de 2008 e 2009 foram preenchida ao final do processo. Da mesma maneira, ele condena que o leilão tenha sido encerrado com sobras de energia existente por parte das geradoras, que terão de recorrer aos leilões de ajuste e ao curto prazo para vender.